

Arrendamento, ação de despejo e procedimento especial de despejo

9 de janeiro de 2026

Lisboa | CEJ, Sala Luís Ribeiro – Presencial (manhã e tarde)

Vila do Conde e Coimbra – À distância (manhã)

16 de janeiro de 2026

Vila do Conde | Presencial (tarde)

Salão Nobre, Teatro Municipal

23 de janeiro de 2026

Coimbra | Presencial (tarde)

Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados, Rua dos Murças, n.º 7

Ação de Formação Contínua Tipo B+

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense; não sendo preenchidas todas as vagas abertas a magistrados, as remanescentes numa das magistraturas passarão para a outra e, subsidiariamente, para outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: Analisar e discutir os aspetos jurídicos e processuais relacionados com o Direito do Arrendamento, com especial incidência sobre o contrato de arrendamento urbano, a ação de despejo e o procedimento especial de despejo.

Lisboa

Lisboa, Vila do Conde, Coimbra

Manhã	Tarde
9h30 Abertura	14h30 Análise em grupos dos casos práticos previamente distribuídos
9h45 O Assédio no Arrendamento <i>Maria Olinda Garcia, Juíza Conselheira no Supremo Tribunal de Justiça</i>	16h00 Exposição das conclusões alcançadas por cada grupo de trabalho e discussão conjunta sobre os casos práticos e soluções propostas
10h30 A aplicação da lei no tempo no Regime do Arrendamento Urbano, em especial na transmissão do direito ao arrendamento <i>Paulo Ramos de Faria, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa</i>	Moderação: <i>Joana Tenreiro da Cruz e Rute Saraiva, Juízes de Direito, docentes do Centro de Estudos Judiciários</i>
11h15 Pausa	
11h30 Questões Processuais do Procedimento de Despejo <i>Laurinda Gemas, Juíza Desembargadora no Tribunal da Relação de Lisboa</i>	
12h15 Debate Moderação: <i>Maria Domingas, Juíza Desembargadora no Tribunal da Relação de Évora</i>	